

IMPACTOS DO RACISMO INSTITUCIONAL NA PROMOÇÃO DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ari Fernandes Santos Nogueira¹
Dra. Iracema Oliveira Lima²

Resumo:

O presente texto apresenta dados referentes ao levantamento bibliográfico que compõe o estado da arte da pesquisa em andamento, Permanência de Estudantes das Cotas Étnico-Raciais: Promoção de Equidade na Educação Superior. O objetivo é refletir sobre o racismo institucional como entrave no apoio à permanência estudantil, impactando na promoção da equidade étnico-racial visando a diplomação de estudantes cotistas da educação superior. A discussão se insere no campo teórico da política educacional, com foco nas ações de democratização, assistência estudantil e ações afirmativas no âmbito do acesso e permanência na Educação Superior. Os estudos apresentam estatísticas que tornam perceptíveis a relação de fatores como etnia e raça com as discrepâncias no número de estudantes negros e brancos diplomados na Educação Superior.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Políticas de Educação Superior; Apoio a Permanência.

1. Introdução

As pesquisas do tipo estado da arte são definidas por Ferreira (2002), Nóbrega-Therrien e Therrien (2004) e Romanowski e Ens (2006) como um mapeamento das discussões acadêmicas acerca de determinado objeto, a partir de levantamento bibliográfico que têm os catálogos das universidades e instituições de pesquisa como fontes documentais. Esse exercício permite visualizar, em um dado período de recorte temporal, as produções e discussões que vêm sendo realizadas, articulando e apontando achados, destaques, nuances e hiatos na conjuntura dos trabalhos científicos publicados. Conforme Romanowski e Ens,

Esses estudos possibilitam uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite a percepção da evolução das pesquisas em determinada área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes. (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p. 41)

O interesse surge a partir das aproximações e diálogos do com o objeto, porém, a

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, da linha de Políticas Públicas em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para a Educação Superior, GEPPES-UESB; ari_ped@yahoo.com.br.

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para a Educação Superior, GEPPES-UESB; iracema965@hotmail.com.

despeito da perseguida originalidade acadêmica, devem-se considerar as discussões anteriores que vão desenhando o objeto como temática de estudo. O discurso e as contribuições desenvolvidas por outros pesquisadores para a composição do conhecimento e do campo de estudos de determinada temática são de grande relevância, sobretudo para a construção de pesquisas em nível de pós-graduação, uma vez que as aproximações com o objeto permitem a consciência da materialidade e das percepções e formas de abordagem que anteriormente percorreram o caminho. Desse exercício se abstraem pontos não tocados, ignorados ou tabus. O trabalho de composição do estado da arte faz parte, portanto, da curiosidade epistêmica do pesquisador que, atento à história e movimentos de seu objeto, investe na busca por conhecê-lo cada vez mais, tentando alcançá-lo na totalidade. É parte de sua motivação, bem como é de interesse alcançar uma totalidade, ou o mais próximo disso, mediante acesso às produções acadêmicas uma vez que consideramos que,

A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, onde a produção está distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada. (FERREIRA, 2002, p. 258-259)

Ademais, outra motivação para a realização de estado da arte, reside também no fato desse tipo de pesquisa apresentar um caráter panorâmico e organizador da produção de conhecimento sobre dado conteúdo em dada área. Observa-se que faz parte da preocupação com o objeto a compreensão do que já foi produzido sobre ele. Tal conhecimento permite a participação no movimento articulador das ideias que estão sendo construídas. Dessa forma, ao buscar as produções já publicadas, o pesquisador participa da discussão de forma ativa, pois amplia suas percepções e contribui para avanços na construção do objeto em análise.

Considerando o volume de produções acadêmicas, sobretudo na pós-graduação, o estado da arte permite que o pesquisador identifique destaques já considerados sobre determinado assunto e aponte nuances, coerências, consonâncias e dissonâncias nos achados, articulando ideias e indicando possibilidades ainda não transcorridas.

2. Desafios do acesso e permanência de estudantes das cotas étnico-raciais na Educação Superior

Para o levantamento das produções concernentes a este trabalho, que versa sobre a promoção de equidade étnico-racial na permanência de estudantes na Educação Superior,

tendo como critérios a relevância acadêmica e a abrangência do acervo, elegeram-se (i) portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior, Capes; (ii) portal Scielo; (iii) banco de publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Anped; (iv) Banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, PPGED/UESB.

Esses catálogos compõem espaços com tradição na publicação e sistematização de produções acadêmicas no campo da Educação, que apresentam especificidades de interesse para este trabalho. O portal de periódicos da Capes, dada sua relação direta com os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, permite o acesso às teses e dissertações, bem como a seus resumos. O portal Scielo, atualmente, apresenta uma considerável densidade de artigos e resumos de pesquisas, categorizadas por área. O banco de publicações da Anped, trata-se de um local de discussões e articulações acadêmicas especificamente do campo da Educação. E o banco de dissertações do PPGED/UESB, por tratar-se de um Programa de Pós-Graduação em Educação no Estado da Bahia, apresenta a possibilidade de aproximação com as discussões e apontamentos de outros pesquisadores da realidade deste estado.

A discussão sobre equidade no acesso e permanência à universidade, bem como a democratização desse espaço, é algo presente no cenário brasileiro desde a implantação dos primeiros cursos universitários no Brasil, cujo acesso ficava restrito à elite econômica, marcadamente branca. Desde os anos oitocentos até a atualidade a discussão vem assumindo características sincrônicas quanto ao contexto, período histórico e conjuntura socioeconômica em que se dá, sobretudo a partir da Lei n. 12.711/2012, de reserva de vagas, as questões relacionadas à permanência e equidade têm ocupado o interesse de pesquisas que tratam da política educacional, razão pela qual, definiu-se como recorte para o levantamento que ora se apresenta o período entre janeiro de 2013 a julho de 2018.

A questão é multidimensional e plurifacetada. Dessa forma, para a compreensão das questões relacionadas à promoção de equidade, buscou-se manter o foco em quatro dimensões, quais sejam: (i) ações afirmativas de/para estudantes negros; (ii) equidade étnico-racial; (iii) permanência de estudantes negros; (iv) permanência de estudantes cotistas. Sendo que entre os dois últimos grupos não há distinções conceituais, porém, alguns autores utilizam a expressão “estudantes negros”, e outros utilizam a “cotistas”, referindo-se aos beneficiários das cotas raciais. Essas quatro dimensões são perceptíveis nos discursos e preocupações da maioria dos autores que pesquisam acerca da temática em tela

Destaca-se, de maneira linear, o caráter cronológico dessas dimensões nas abordagens em pesquisas sobre a equidade na permanência de estudantes negros na Educação Superior, que começa com a negação do ingresso e do próprio acesso à Educação Básica. Esta realidade, construída historicamente por relações étnico-raciais excludentes, produzida mediante políticas de Estado segregacionistas, forjou na sua gênese a naturalização do sujeito dos grupos raciaalizados uma vez que,

O regime escravista a que foram submetidos os negros, bem como as restrições após a abolição sofridas por seus descendentes, além de representar um conjunto de violações de direito, gerou para esta população uma triste herança: a privação da educação formal. Em pleno século XXI, há mais de 14 milhões de pessoas acima de 15 anos, num grupo constituído majoritariamente pela população negra, que são analfabetos. (SILVA, 2013, p. 13)

Essa realidade vai se reconfigurando com o tempo, no movimento de enfrentamento das imposições de um Estado capitalista, arqueado na ideia da exploração de uma classe pela outra. Segundo Silva,

A fim de se compreenderem as trajetórias educacionais da população negra no Brasil, faz-se necessário, primeiramente, refletir sobre as desigualdades sociais atribuídas à herança do passado escravista, à política de branqueamento da passagem do século XIX para o XX, à histórica condescendência das elites brasileiras com desigualdades sociais e ao racismo estrutural e simbólico contemporâneo. (SILVA, 2016, p. 109)

Essa mesma autora explica que no período pós-abolição as lutas sociais do movimento negro esbarravam nas heranças culturais e conservadoras do período colonial, resultando em negação para do acesso ao mercado de trabalho e à educação, o código colonial, definindo estereótipos e práticas racistas, implicou na negação do emprego e efetiva integração da população negra no surgimento da sociedade industrial. De maneira análoga, as desvantagens socioeconômicas e territoriais foram determinantes para a manutenção da população negra nos estratos educacionais mais baixos, a educação permaneceu na esfera do desejo. Notadamente, para se pensar a promoção de equidade no acesso à educação superior, é preciso assumir a inegável realidade de se viver em uma sociedade classista, arqueada no racismo enquanto sistema de segregação e manutenção do capital, silenciado na ideologia da meritocracia como exercício promotor da democracia racial.

Dessa forma, percebe-se a relevância de considerar a promoção de ações afirmativas como uma das dimensões ou demarcador da busca da equidade étnico-racial na Educação Superior. A partir do momento que o acesso à educação é a bandeira de luta que

denuncia a inequidade e, por essa razão, reclama ações afirmativas para a correção dessa realidade, sendo esse o campo de *start* das produções acadêmicas que versão sobre a presença do negro na educação básica e superior.

Pesquisadores como Morche e Neves (2010), discutindo os impactos das ações afirmativas na promoção de equidade no acesso e permanência apontam dados que revelam os movimentos históricos da questão, também indicando que as discrepâncias no acesso à educação, no tocante à cor e raça revelam um cenário material que indica segregação. Segundo estes autores,

Os dados revelam, ainda, uma acentuada diferença étnico-racial no acesso ao ensino superior. Mais da metade (60%) dos estudantes brancos de 18 a 24 anos estão no ensino superior, em contraponto apenas 28,7% dos estudantes negros e pardos nesta faixa etária estão neste nível de ensino. Evidencia-se também um grande atraso série-idade da população não branca, onde metade (49,9%) ainda está no ensino médio. Da mesma forma, se comparados aos estudantes brancos, a maioria dos negros/pardos na faixa etária de 18 a 24 anos estão ainda na educação básica. (MORCHE e NEVES, 2010, p. 02)

Nota-se que a questão do ingresso é uma preocupação onde a promoção da equidade étnico-racial é dado para discussão. Da mesma forma, a percepção de que o ingresso não assegura a inclusão social ou o acesso, desperta a curiosidade epistêmica dos pesquisadores que se lançam na direção de compreender a questão. O acesso e a questão da inclusão social nesse caso, segundo Carvalho e Gamboa (2014), estão entendidos para além do ingresso do estudante no curso, considerando os níveis de evasão e as condições para o bom desempenho e o êxito na diplomação, destacando assim, a permanência como uma dimensão que traz especificidades quanto às variáveis que possibilitam a compreensão dos elementos constitutivos da equidade étnico-racial na Educação Superior.

Nessa dimensão apontada pelos autores, pode-se verificar o racismo institucional e estrutural como componente ou variável de promoção de inequidade ou barreira à permanência de estudantes negros e/ou cotistas como alguns autores nomeiam. De maneira que, a princípio, esses são os demarcadores que se apresentam como dimensões das pesquisas sobre a promoção de equidade étnico-racial na permanência de estudantes da Educação Superior, articulados ou transpassados pelo racismo enquanto instrumento ideológico e político de manutenção da inequidade étnico-racial e promoção/perpetuação da desigualdade.

3. O racismo institucional e simbólico: barreiras do capital na promoção da equidade étnico-racial na permanência e diplomação na educação superior

O quantitativo de estudos que têm discutido questões no campo temático em que se assenta a pesquisa em tela contabiliza um significativo e elevado número de produções. De maneira que a eleição de critérios seletivos se fez necessário considerando os prazos e o objeto central de pesquisa e os movimentos desse objeto.

Na tentativa de contribuir com a compreensão do processo de promoção de equidade étnico-racial na permanência de estudantes na Educação Superior pública federal, os trabalhos que discutem as dificuldades no ingresso, ainda que não desconsiderados para a compreensão panorâmica das questões do acesso, não versam diretamente sobre a permanência. Da mesma forma, os trabalhos voltados às políticas de permanência em universidades estaduais e municipais, ainda que se aproximem da realidade institucional das federais, não estão sujeitas às mesmas legislações que orientam políticas de apoio à permanência.

As discussões apresentadas nos materiais levantados sobre a permanência de estudantes cotistas, negros, na Educação Superior estão situadas, majoritariamente, nas dimensões teórico-metodológicas da Etnometodologia e no Materialismo Histórico-Dialético.

Nas abordagens etnometodológicas se destacam as citações de autores como Bourdieu e Coulon, referendando a reflexão sobre os processos de permanência e elaboração de aprendizagens sobre “ser estudante” da Educação Superior. Como é possível perceber na leitura de Eugenio e Algarra (2015, p. 70), que utilizam o conceito de *Habitus*, elaborado por Bourdieu, que embasa a discussão sobre *afiliação estudantil*³ de Coulon, para apresentar categorias de compreensão das trajetórias de escolarização de estudantes negros do curso de Direito da Universidade do Sudoeste da Bahia, UESB.

Um autor que se destaca nas discussões do materialismo histórico dialético é Jhon Rawls. As pesquisas que dialogam com esse autor, amparam-se em sua *teoria da justiça* para discutir a inclusão social do negro na Educação Superior e os embates institucionais e articulações na implementação de ações de apoio à permanência. Também artigos que se

³ Teoria desenvolvida pelo Professor Alain Coulon da Universidade de Paris VIII.
COULON, Alain. A Condição de Estudante: a entrada para vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

comprometem em analisar a efetividade de políticas como o Enem e Sisu no processo de promoção de equidade étnico-racial no acesso à Educação Superior, como Silva, Amaral e Martinez (2016), consideram conceito *de justiça equitativa* de Rawls em suas discussões.

Para as pesquisas que se inscrevem no campo do Materialismo Histórico-Dialético como as de: Passos (2015), Silva (2016), Pinçaço (2016), Jesus, Meyer e Camargo (2016), Passos (2016); observam-se análises construídas, principalmente, a partir das categorias da hegemonia, contradição, totalidade e reprodução. Mediante essas categorias, os pesquisadores analisam situações onde as relações sociais e institucionais percebidas como desafios para a permanência de estudantes negros na educação superior, são também relações políticas e ideológicas. Tal realidade destaca a situação contraditória imposta pela demanda por ações afirmativas que promovam um ambiente de apoio à permanência.

O próprio movimento dos estudantes negros de resistência e luta por essas ações denuncia a situação contraditória expressa pela inequidade na diplomação de negros e brancos e/ou pelos índices de evasão recortados e comparados por raça/cor, na tentativa de configurar uma outra totalidade. A esse movimento, os discursos e ideologias hegemônicas do capital, as estruturas materiais que reproduzem o contexto socioeconômico impõem aos estudantes negros o racismo, a necessidade de dividir-se entre o trabalho e o estudo, a ausência de recursos econômicos e outros fatores extrínsecos e intrínsecos que configuram barreiras na permanência e diplomação desses estudantes.

Ao discutir a questão do negro da educação superior Munanga (2003) e Gomes (2018) tratam de questões relacionadas aos conflitos políticos internos e externos à universidade, na implementação de políticas de ação afirmativa no acesso e no apoio à permanência de estudantes negros, buscando verificar as implicações dessas políticas na cultura acadêmico-curricular, na organização institucional e na verificação da efetividade das políticas de ação afirmativa na mobilidade social e ascensão do negro.

A centralidade das discussões dos autores acima está na denúncia do racismo como processo sistemático de imposição de barreiras à comunidade negra no acesso a direitos sociais como os cursos de graduação e pós-graduação. As pesquisas amparadas em suas leituras destacam o racismo como limitador do acesso do negro à Educação Superior em duas dimensões: (i) material e (ii) simbólica ou institucional, sendo que essa última se relaciona diretamente com a tomada de decisão nas instâncias colegiadas e deliberativas das universidades, refletindo diretamente e de maneira negativa no processo de implementação de ações de combate à discriminação racial e promoção de uma pedagogia antirracista,

contribuindo para o descumprimento do papel social da Educação Superior de somar esforços na consolidação do princípio constitucional da igualdade de condições de acesso e participação política na sociedade.

Discussões relacionadas às ações afirmativas, racismo institucional e trajetórias acadêmicas, acesso, permanência e cultura acadêmica apontam para o entendimento de que a promoção de equidade étnico-racial no acesso e permanência na Educação Superior, faz-se necessário enfrentar o racismo como barreira política tanto na discussão e elaboração como na implementação de ações que possam implicar em mudanças institucionais e na organização didático-pedagógica das universidades. Esse exercício compreende processo formativo que se fortalece pela articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Dialogando com os escritos de Silva (2016, p.110), compartilho da perspectiva que “as ações afirmativas com um recorte racial são uma das estratégias para o enfrentamento do racismo na sociedade brasileira”.

A relevância de se reconhecer o racismo como barreira no acesso do negro à Educação Superior decorre do entendimento que a política de cotas se configura como proposta efetiva para escolarização de estudantes negros, bem como ações de pré-vestibular social. Porém tais processos têm enfrentado resistência política no ambiente universitário, como nas dinâmicas de tomada de decisão pelos Conselhos Universitários sobre políticas de ingresso tais como, notas de corte para os cursos, cotas para quilombolas e também nos programas dos cursos, que muitas vezes em sua reformulação encontram resistência para efetivar componentes curriculares que trate da questão do racismo ou da história das afroetnidades no Brasil, expressando um racismo sistemático contra o qual é preciso mobilização social e formação política.

Os enfrentamentos do racismo por estudantes negros na elaboração do pertencimento universitário em suas vivências acadêmicas, apontam para a necessidade da valorização da identidade e visibilidade das contradições racistas como fator que contribui para a permanência, mas principalmente da denúncia do racismo existente no ambiente acadêmico como estrutura que contribui para a evasão de estudantes negros.

Ao abordarem os desafios da permanência de estudantes negros na educação superior em uma universidade pública de Vitória da Conquista, na Bahia, Eugenio e Algarra (2018) desenvolveram pesquisa junto aos estudantes negros e apresentam dados que reafirmam o racismo como componente desafiante no processo de permanência e diplomação, como é possível constatar no relato sobre narrativa de um dos entrevistados:

Quanto a Igor, ele afirma ter sofrido diversas situações de racismo, mas que só conseguiu perceber isso após sua entrada na universidade, com a disciplina de Sociologia, pois até então enxergava como algo “normal”, mesmo que por muitas vezes tenha deixado de frequentar a escola por conta das piadinhas que sofria por parte de alguns colegas. Diz também que considera o Brasil um país onde o racismo e discriminação são velados, mascarados: “[...] mas que não deixa de acontecer certas piadas e preconceitos, por exemplo, pelo fato de ser cotista, pois as pessoas acreditam que os negros só entram na universidade porque foi pelo sistema de cotas”. No caso de Igor, ele diz que antes de entrar na universidade, não tinha ideia de que as piadinhas que seus colegas faziam eram vistas como racismo e que só passou a enxergar isso após a sua formação dentro da universidade. Piadas sobre os negros nos fazem pressupor que em nosso país a brincadeira e a diversão são pautadas pelo racismo. (EUGENIO e ALGARRA, 2018, p.15/16)

O racismo se apresenta como elemento manifesto nas vivências dos jovens estudantes antes mesmo de seu ingresso à universidade, em sua dimensão material no histórico condicionamento socioeconômico do sujeito negro às periferias e à precarização da Educação Básica e/ou em sua dimensão simbólica na negativização da imagem social do negro como prática da hegemonia da ideologia dos capitalistas. Práticas recorrentes nos vários espaços de sociabilidade perduram também na graduação, influenciando a autoimagem e pertencimento desses estudantes no mundo acadêmico. Em suas análises, Eugenio e Algarra (2018) também apontam que a família, amigos e parentes têm papel efetivo na construção de estratégias de permanência e ascensão social dos estudantes cotistas negros ao constatar que estudantes que tinham em sua família, ou pessoas de sua sociabilidade, uma relação mais próxima com a formação em nível superior somavam maiores chances de si aproximar neste nível de formação.

Dessa forma, percebe-se que as políticas de ingresso buscam ampliar as condições de acesso do estudante ao interior da universidade a instituição, mediante sua estrutura e relações políticas, em contrapartida elas precisam se apropriar das demandas desses estudantes para o acesso à diplomação. Assim, estratégias são elaboradas para contribuir na permanência e integralização dos cursos.

No âmbito das condições de permanência é necessário destacar que a presença de negros na Educação Superior, gera uma demanda institucional por ações afirmativas que obriga a Universidade a fazer uma revisão de seu histórico de ações fundamentada em uma outra perspectiva que supere o paradigma civilizador europeu, subalternizante e absoluto. Segundo Passos (2015)

Um dos principais argumentos favoráveis às ações afirmativas no Ensino

Superior tem sido que a universidade pública brasileira precisa refletir, no seu interior, a diversidade étnico-racial da população. Contudo, a presença de estudantes negros nas universidades brasileiras não só materializa fisicamente, a partir dos corpos negros, a diversidade étnico-racial como expõe a complexidade das relações raciais no Brasil, tensionando a cultura acadêmica. (p. 165)

Os programas de ações afirmativas são instrumentos de mudanças de paradigmas, pois coordenam debates sobre racismo no/ao espaço universitário, destacando as diferenças e a diversidade que compõem esse ambiente e atuando na reconstituição social da cultura acadêmica. Se assim acontecer, as mudanças nessa cultura serão promovidas na própria instituição, pelos tensionamentos derivados das dificuldades socioeconômicas e pedagógicas para a permanência e diplomação, inclusive cria possibilidades de expor as limitações da própria universidade para se reconhecer como instituição racista, mediante o histórico de sua constituição como instituição social, uma vez que

Além do desafio socioeconômico para a permanência na universidade e do racismo institucional, os estudantes cotistas negros e indígenas ainda terão que lidar com todos os meandros da cultura acadêmica para realizar com êxito o percurso universitário. Desse modo, a cultura acadêmica é aqui compreendida como a multiplicidade de sentidos, significações e finalidades que ao longo da história foram atribuídos à universidade em seus principais eixos de atuação – ensino, pesquisa e extensão –, considerando-se os sujeitos que fazem o cotidiano da instituição universitária e o contexto histórico, social, econômico e cultural no qual a universidade está imersa. Contudo, a cultura acadêmica também é a soma de todo tipo de aprendizagem e também de ausências e silenciamentos. (PASSOS, 2015, p. 165/166)

O estudo de Passos (2015), por exemplo, demonstra que tão importantes quanto as questões socioeconômicas são as questões de ordem simbólicas, culturais, políticas e institucionais para a democratização (inclusive étnico-racial) da Universidade. O currículo, que ainda se afirma como território racista, se organiza com teorias e práticas antirracistas, abordando questões étnico-raciais, confrontando o preconceito e racismo como uma barreira à promoção de equidade e democratização da universidade.

A reconstituição cultural das universidades no tocante às questões raciais permite o reconhecimento dos processos institucionais de promoção das ações afirmativas como permeados de disputas e embates, que necessitam de articulação e mobilização estudantil e social. As políticas de ação afirmativas têm caráter mobilizador e articulador de novas ações, denunciando o racismo como elemento negativo no acesso e permanência na Educação Superior, reclamando soluções da universidade e sua reinvenção diante das realidades e necessidades de inclusão e equidade étnico-racial na perspectiva das ações afirmativas.

Assim, há condições de apontar a necessidade de reverter sua lógica até então estruturante, da Educação Superior brasileira. Saindo do mito da democracia racial⁴ para o desenvolvimento de ações afirmativas que promovam apoio à permanência de estudantes negros na educação superior.

Estudando políticas de democratização da Educação Superior, com o Programa Universidade Para Todos, ProUni, Oliveira e Molina (2013), destacam que a presença de estudantes negros na Educação Superior desafia as instituições a assumirem uma perspectiva educacional que considere a expectativa de permanência e sucesso desses estudantes para além dos discursos da democracia racial ou suas práticas condizentes. Ações genéricas e focais, orientadas pelo discurso da diversidade, multiculturalismo, pluralidade e homogeneização promovem ações encerradamente pautadas nas diferenças socioeconômicas, desconsiderando o racismo como barreira à permanência.

Programas com objetivos similares ao ProUni contribuem para o ingresso de estudantes negros na educação superior, porém, ainda são escassos os dados que possibilitem analisar o impacto dessas políticas na diplomação desses estudantes. Segundo Oliveira e Molina (2013), esta ausência dificulta a elaboração de propostas que promovam ações de apoio à permanência desses estudantes nos cursos de graduação além de dificultar a reflexão sobre a real promoção de equidade étnico-racial na diplomação de estudantes de graduação.

Ausências que contribuem para a reafirmação do mito da democracia racial no acesso e diplomação na educação superior, dissolvendo a questão da raça e etnia sobre as questões sociais, ou mesmo as silenciando discursos da diversidade. As autoras identificaram evidências, quando analisaram os efeitos do ProUni ou as políticas afirmativas Unileste/MG, anunciando que estas políticas,

favoreceram o ingresso de estudantes com perfil diferenciado daqueles até então matriculados, beneficiando o atendimento a uma demanda reprimida, o que foi evidenciado nos depoimentos dos colaboradores. No entanto, a tarefa de dimensionar essa contribuição, especialmente para a população negra, não foi possível nesse momento devido à falta de dados e informações sobre a condição racial dos estudantes que frequentam os cursos. Esse fator tem dificultado gestores e professores na formação de práticas diferenciadas em prol da permanência qualificada desses estudantes. (p. 761)

Mesmo que o Movimento Negro tenha denunciado como mito, a democracia racial permanece no imaginário coletivo. A tendência tem sido diluir a raça em questões sociais mais genéricas, pensando a exclusão em um contexto de diversidade, multiculturalismo, pluralidade, homogeneizando ações, o que

⁴ A partir dos anos de 1930, com estudos como os do antropólogo Gilberto Freyre, esse termo ganha espaço na construção de um ideário de que o Brasil seria uma sociedade onde as questões relacionadas à cor da pele não constituiriam barreiras à ascensão social ou acesso a direitos, daí a ideia de uma democracia racial.

amortece iniciativas e práticas pensadas especificamente para determinado segmento. O que é possível depreender dessas análises é que mudanças ocasionadas pela implantação de um programa como o ProUni no contexto do Unileste/MG dependem de concepções pedagógicas, além da intencionalidade política dos professores e gestores. A forma como eles se organizam ao produzir diferentes experiências e responder, de forma favorável ou não, às inovações políticas, como o caso do ProUni, depende, sobretudo, da multiplicidade de leituras possíveis de serem realizadas por esses atores. (p. 762)

Em uma sociedade em que as questões étnico-raciais estão historicamente relacionadas à ordenação social, a realização de debates e trabalho formativo são imprescindíveis para a promoção da equidade étnico-racial na Educação Superior. Essas relações históricas entre racismo e sociedade, são reproduzidas nas estratégias neoliberais de democratização da Educação Superior, mediante políticas que visam a inclusão do negro por meio de cotas, mas limitam os investimentos em políticas de apoio à permanência expressando a contradição vigente em políticas focais e o movimento por ações afirmativas, reformas estruturais capazes de diluir o racismo como barreira para a permanência de estudantes negros na educação superior.

A leitura do material levantado para esse estado da arte, permitem pensar que a luta pela equidade étnico-racial na diplomação em nível superior, parte da negação do acesso do direito à educação a essa parcela da população ainda na Educação Básica. As análises ajudam a perceber, sobretudo a partir dos números apresentados em pesquisas como as de Silva (2013), que essa postura de negação da presença do negro na condição de estudante nos espaços educativos, compõem uma estratégia política hegemônica de ordenamento social. Essa questão se no período escravagista e vai se reconfigurando conforme o estado capitalista brasileiro vai sendo organizado pela classe hegemônica. Essa realidade atesta que para se pensar a democratização do acesso e diplomação da educação superior, faz-se necessário assumir o enfrentamento das questões étnico-raciais, bem como se considerar as relações entre essas questões e as desigualdades socioeconômicas.

Nesse sentido a meritocracia destaca-se como eixo estrutural da promoção de desigualdades no acesso e diplomação de estudantes negros e brancos, atuando como silenciador das questões étnico-raciais e, de certa forma, reafirmando ações de racismo institucional. Essa expressão de racismo, destaca-se como barreira ao sucesso da política de cotas, ou mesmo à permanência de estudantes negros e/ou cotistas.

Considerações Iniciais

Consideramos que a demanda por ações afirmativas ao passo que denuncia o mito opressor da democracia racial, provoca os espaços de educação superior a reconfigurar suas bases institucionais e epistemológicas. Destarte o racismo institucional destaca-se como elemento estrutural para as demandas referentes à permanência e sucesso dos estudantes que ingressam por cotas raciais ao Ensino Superior. Enquanto elemento político estrutural do capital na sociedade brasileira, condiciona o sujeito negro aos redutos de vulnerabilidade socioeconômica e impõe às trajetórias desses sujeitos barreiras materiais quanto ao sucesso na vida acadêmica, correlacionadas aos enfrentamentos da educação pública na resistência à precarização, bem como na maioria das vezes a necessidade de dividir o tempo de estudo e tempo de trabalho.

Outras questões de ordem pedagógico-institucionais como os currículos dos cursos e ausência de um trabalho formativo para as equipes docentes e comunidade acadêmica em geral, implicam nas dificuldades de elaboração de pertencimento ao espaço universidade pelos estudantes negros.

Esses fatores condicionantes são perceptíveis em sua relação com a etnia e a raça, mediante os estudos que apontam estatística e materialmente as discrepâncias no número de estudantes negros e brancos diplomados na Educação Superior, sobretudo os estudos de Picanço (2016) que permitem a percepção da sobreposição do fator cor da pele sobre o fator renda, nos números que tratam da permanência de estudantes na Educação Superior.

Referências

ANHAIA, Bruna Cruz de. Cotas raciais em foco: a trajetória dos alunos negros na universidade federal do rio grande do sul. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3230>, acessado em 02/09/2018.

CARVALHO, E. M. SÁNCHEZ GAMBOA, S. O estado da arte da produção de conhecimento sobre as ações afirmativas nas universidades estaduais paulistas. Revista Pedagógica, Chapecó, v.16, n.32, p. 169-190, jan./jul. 2014.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/11602>. Acessado em 04/11/2018.

EUGENIO, Benito Gonsalves. ALGARRA, Julita. Estudantes cotistas negros e ações afirmativas no ensino superior. Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/529>. Acessado em 02/09/2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas Estado da Arte. Educação & Sociedade, ano XXIII, n o 79, Agosto/2002. Disponível em [file:///C:/Users/Cleyton%20de%20Lacoleta/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Estado%20da%20arte%20Ferreira%20-2-%20-1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cleyton%20de%20Lacoleta/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Estado%20da%20arte%20Ferreira%20-2-%20-1%20(1).pdf), acessado em 04/11/2018.

HERINGER, Rosana e HONORATO, Gabriela de Souza. Elementos para uma análise dos estudantes cotistas e bolsistas no curso de Pedagogia da UFRJ. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200007>, acesso em 02/09/2018.

JESUS, Luciano Nascimento de. MAYER, André Luiz Monteiro. CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 38, n. 3, p. 247-257, July-Sept., 2016.

MONGIN, Andrea Bayerl. Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3230>, acesso em 02/09/2018.

MORCHE, Bruno & NEVES, Clarissa Eckert. A QUESTÃO RACIAL NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EQUIDADE. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297937_ARQUIVO_PAPER_FAZENDO_GENERO.pdf. Acessado em 04/11/2018

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVÉRIO, V. R. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 115-128. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/catalogodinamico/titulosavulsos/2003/acoesafirmativas.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria & TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000146&pid=S0100-5502200900020000600036&lng=es, acessado em 04/11/2018.

OLIVEIRA, Edna Imaculada Inácio de. MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do ProUni. Disponível em http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/inep_artigo_2012_EIdeOliveira_RMKMolina.pdf. Acessado em 02/09/2018.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos Após ações afirmativas. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n2/0102-4698-edur-31-02-00155.pdf>. Acessado em 02/09/2018.

PICANÇO, Felícia. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: Onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. Disponível em <http://www.researchgate.net/publication/303239752>. Acessado em 02/09/2018.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em <http://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006/view>, acessado em 04/11/2018.

SILVA, Gabriela do Rosário. AMARAL, Shirlena Campos de Souza. MARTÍNEZ, Silva Alicia. Acesso, origem geográfica e permanência prolongada de estudantes cotistas negros e oriundos de escolas públicas na UENF: uma análise a partir da adesão ao ENEM/SISU.

Disponível em <https://seer.imes.edu.br/index.php/REBES/article/view/1321>. Acessado em 02/09/2018.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. Políticas e práticas contemporâneas sobre relações raciais e a pós-graduação. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.924>. Acessado em 02/09/2018

SILVA, Tarcia Regina. O DIREITO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E ANALFABETA EM TERRITÓRIOS DE MAIORIA AFRODESCENDENTE. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/TarciaReginadaSilva-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acessado em 04/11/2018

PICANÇO, Felícia. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: Onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/303239752>. Acessado em 04/11/2018.